

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 381.416 - MG (2013/0259540-9)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **ESTADO DE MINAS GERAIS**
PROCURADORES : **NABIL EL BIZRI - MG046505**
ELIZA FIUZA TEIXEIRA TRINDADE E OUTRO(S) - MG102571
AGRAVADO : **SONIA MARIA AGUIAR SIQUEIRA**
ADVOGADO : **ROGÉRIO FERREIRA NOGUEIRA - MG066551**

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, insurgiu-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - CADERNETA DE POUPANÇA - MINASCAIXA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA - DECISÃO ANTERIOR - TRÂNSITO EM JULGADO ANTES DA CITAÇÃO DO RÉU - REDISCUSSÃO DA MATÉRIA - POSSIBILIDADE - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE A DIFERENÇA DEVIDA - APLICAÇÃO DOS ÍNDICES DA TABELA DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - INCLUSÃO DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. Os efeitos da - decisão que rejeita a prescrição quinquenal e fixa o prazo vintenário, quando proferida antes da citação do réu, não podem atingi-lo, porque a coisa julgada material repercute para as partes do processo no momento de seu trânsito em julgado, razão pela qual ao Estado de Minas Gerais é facultado pedir a reapreciação desse tema. É vintenária a prescrição do direito de ação para cobrança da diferença de correção monetária proveniente de depósito em caderneta de poupança, ainda que ajuizadas contra o Estado de Minas Gerais que se sub-rogou nos deveres e direitos da extinta MinasCaixa, pois a obrigação decorre de o peração de crédito regida pelo Sistema Financeiro Nacional" (fl. 151 e-STJ).

As razões do recurso especial alegam, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 178, § 10, VI, do Código Civil/1916, 34 da Lei nº 6.024/1974, 197 da Lei nº 11.101/2005, 1º do Decreto-Lei nº 20.910/1932, 2º do Decreto-Lei nº. 4.597/1942 e 1º-F da Lei nº 11.960/2009.

Sustentam que se aplica ao caso a prescrição quinquenal e que a modificação da incidência dos juros de mora trazida pela Lei nº 11.960/2009 se aplica aos processos iniciados antes de sua vigência.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação merece prosperar em parte.

A matéria foi amplamente debatida nesta Segunda Seção no julgamento dos REsp nº 1.086.101 e REsp nº 1.092.689, afetados pela Quarta Turma, ambos da relatoria do Ministro Aldir Passarinho Junior, julgados em 24.2.2010, que receberam a seguinte ementa:

"ECONÔMICO E CIVIL. NULIDADE DO ACÓRDÃO. CPC, ART. 535. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO MERAMENTE INFRINGENTE. MINAS CAIXA. EXTINÇÃO. SUCESSÃO PELO ESTADO DE MINAS GERAIS. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. IPC. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. COMPETÊNCIA DA 2ª SEÇÃO. IMPROVIMENTO.

I. Quando resolvidas todas as questões devolvidas ao órgão jurisdicional, o julgamento em sentido diverso do pretendido pela parte não corresponde a nulidade.

II. Matéria de competência das Turmas integrantes da 2ª Seção do STJ.

III. Sujeitando-se a autarquia estadual, que desenvolvia atividade bancária, ao mesmo regime de prescrição aplicável às pessoas jurídicas de direito privado, a sua extinção e sucessão pelo Estado de Minas Gerais não implica em alteração do lapso extintivo do direito de ação dos antigos depositantes em caderneta de poupança que vindicam expurgos inflacionários sobre seus depósitos.

IV. Inaplicabilidade da norma contida no art. 135, II, da antiga Lei de Falências.

V. Recurso especial não conhecido".

Naquela assentada, foram firmadas as seguintes premissas:

(i) a autarquia estadual extinta sujeitava-se ao mesmo regime de prescrição aplicável às pessoas jurídicas de direito privado, o que não foi transmudado com a assunção do Estado;

(ii) aplica-se ao caso a prescrição vintenária do artigo 177 do Código Civil de 1916 e

(iii) a autarquia estadual, no exercício de atividade econômica, não se submete à prescrição quinquenal do Decreto nº 20.910/32.

No mesmo sentido:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. ESTADO DE MINAS GERAIS. SUCESSÃO. MINASCAIXA. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. PRECEDENTES. PACIFICAÇÃO DO TEMA. MATÉRIA SUBMETIDA A JULGAMENTO PELA SISTEMÁTICA DOS RECURSOS REPETITIVOS. AÇÃO RESCISÓRIA. CABIMENTO. AFASTAMENTO DA SÚMULA 343/STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

Superior Tribunal de Justiça

1. Conforme decidido pela Segunda Seção, em julgamento submetido ao regime do art. 543-C do CPC, 'o prazo prescricional da ação individual de cobrança relativa a expurgos inflacionários incidentes sobre saldo de caderneta de poupança proposta contra o Estado de Minas Gerais, sucessor da MINAS CAIXA, é vintenário, não se aplicando à espécie o Decreto nº 20.910/32 que disciplina a prescrição contra a Fazenda Pública' (REsp 1.103.224/MG, Rel.Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/12/2012, DJe 18/12/2012).
2. A ação rescisória é cabível na hipótese, haja vista que proposta em face de acórdão proferido quando já não mais em curso divergência de entendimento sobre o tema. Súmula 343/STF afastada.
3. A cessação da divergência não pode ser traduzida unicamente pela submissão do julgamento ao regime dos recursos repetitivos, sendo este um dos meios de pacificação. A ação rescisória fora proposta quando já pacificado o entendimento quanto ao prazo prescricional aplicável à hipótese do caso em tela. Acórdão da Corte de origem em desacordo com o entendimento reiterado do STJ à época, violando, em consequência o art. 485, do CPC/75.
4. Agravo Interno não provido, mantido o provimento do recurso especial, determinando o retorno dos autos à instância ordinária para que o Tribunal de origem se pronuncie a respeito do mérito da ação rescisória, uma vez ultrapassado o óbice da Súmula 343/STF." (AgInt no REsp 1.411.065/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 01/12/2016, DJe 07/12/2016)

No que diz respeito aos juros de mora, a jurisprudência desta Corte, consolidada pela Corte Especial, é no sentido da imediata aplicação da Lei nº 11.960/2009 aos processos em andamento sem, contudo, retroagir ao período anterior à sua vigência.

Referido precedente ficou assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. VERBAS REMUNERATÓRIAS. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA DEVIDOS PELA FAZENDA PÚBLICA. LEI 11.960/09, QUE ALTEROU O ARTIGO 1º-F DA LEI 9.494/97. NATUREZA PROCESSUAL. APLICAÇÃO IMEDIATA AOS PROCESSOS EM CURSO QUANDO DA SUA VIGÊNCIA. EFEITO RETROATIVO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Cinge-se a controvérsia acerca da possibilidade de aplicação imediata às ações em curso da Lei 11.960/09, que veio alterar a redação do artigo 1º-F da Lei 9.494/97, para disciplinar os critérios de correção monetária e de juros de mora a serem observados nas 'condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza', quais sejam, 'os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança'.
2. A Corte Especial, em sessão de 18.06.2011, por ocasião do julgamento dos EREsp n. 1.207.197/RS, entendeu por bem alterar entendimento até então adotado, firmando posição no sentido de que a Lei 11.960/2009, a qual traz novo regramento concernente à atualização monetária e aos juros de mora devidos pela Fazenda Pública, deve ser aplicada, de imediato, aos processos em andamento, sem, contudo, retroagir a período anterior à sua vigência.
3. Nesse mesmo sentido já se manifestou o Supremo Tribunal Federal, ao decidir que a Lei 9.494/97, alterada pela Medida Provisória n. 2.180-35/2001, que também tratava de consectário da condenação (juros de mora), devia ser

Superior Tribunal de Justiça

aplicada imediatamente aos feitos em curso.

4. Assim, os valores resultantes de condenações proferidas contra a Fazenda Pública após a entrada em vigor da Lei 11.960/09 devem observar os critérios de atualização (correção monetária e juros) nela disciplinados, enquanto vigorarem. Por outro lado, no período anterior, tais acessórios deverão seguir os parâmetros definidos pela legislação então vigente.

5. No caso concreto, merece prosperar a insurgência da recorrente no que se refere à incidência do art. 5º da Lei n. 11.960/09 no período subsequente a 29/06/2009, data da edição da referida lei, ante o princípio do tempus regit actum.

6. Recurso afetado à Seção, por ser representativo de controvérsia, submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ.

7 Cessam os efeitos previstos no artigo 543-C do CPC em relação ao Recurso Especial Repetitivo n. 1.086.944/SP, que se referia tão somente às modificações legislativas impostas pela MP 2.180-35/01, que acrescentou o art. 1º-F à Lei 9.494/97, alterada pela Lei 11.960/09, aqui tratada.

8. Recurso especial parcialmente provido para determinar, ao presente feito, a imediata aplicação do art. 5º da Lei 11.960/09, a partir de sua vigência, sem efeitos retroativos.

(REsp 1.205.946/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/10/2011, DJe 02/02/2012)

Ante o exposto, conheço do agravo e dou parcial provimento ao recurso especial para determinar, quanto aos juros de mora, a incidência da disciplina prevista na Lei nº 11.960/2009 a partir de sua vigência.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 23 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator